

## Planejamento e Financiamento das Políticas Educacionais em Âmbito Municipal: contribuições do plano de ações articuladas

**Adriana Valadão**

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados/MS – Brasil

**Elisângela Alves da Silva Scaff**

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados/MS – Brasil

**Regina Tereza Cestari Oliveira**

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande/MS – Brasil

### Resumo<sup>1</sup>

O estudo objetiva analisar o processo de implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR) no período de 2007-2010 em quatro municípios de Mato Grosso do Sul, com vistas a identificar suas contribuições e limites no que se refere ao financiamento e ao planejamento educacional em nível local. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa desenvolvida por meio de procedimentos metodológicos que envolvem a revisão bibliográfica e documental, entrevistas e questionário. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços na gestão educacional pela possibilidade do apoio técnico e financeiro da União na implementação das políticas educacionais em âmbito local, não é possível afirmar que a colaboração tenha se efetivado nos quatro municípios pesquisados, principalmente pela falta de apoio técnico e pela diferenciação nos valores dos recursos enviados pelo governo federal.

**Palavras-chave:** Política Educacional. Plano de Ações Articuladas (PAR). Planejamento Educacional. Financiamento da Educação.

### *Planning and Financing of Educational Policies at the Municipal Level: contributions of the articulated actions plan*

#### Abstract

The goal of this study is to analyze the process of implementation of the Articulated Actions Plan [PAR] between 2007 and 2010 in four different municipalities of Mato Grosso do Sul state, aiming to identify its contributions and limitations to the educational planning and financing at the local level. The quantitative-qualitative research was developed by means of methodological procedures such as bibliographic and documentary review, interviews and questionnaires. The results evidence that, albeit the improvements achieved in the educational management due to technical and financial support from the Union for the implementation of these educational policies at the local level, it is not possible to affirm that the collaboration has been established in the four municipalities. This was mainly due to the lack of technical support and the differences in the values of the resources sent by the federal government.

**Keywords:** Educational Policy. Articulated Actions Plan [PAR]. Educational Planning. Education Financing.

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

## Introdução

A promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998) trouxe uma nova sistemática à gestão das políticas educacionais, pela qual a elaboração do planejamento deixou de ser “uma mera vontade dos governantes” (SENA, 2013, p. 137), constituindo-se em determinação legal. O planejamento foi assim “[...] recuperado como instrumento organizador da educação nacional, que significa, sobretudo, a presença do Estado como articulador e regulador das ações desenvolvidas nos entes da federação” (FERREIRA; BASTOS, 2013, p. 01).

Para Araujo (2010) a falta de clareza do que vem a ser um regime de colaboração levou a duas relações conflitantes: uma vertical, na qual o governo federal opta pela descentralização com pouca intervenção, exercendo um papel de fiscalizador dos processos, que leva a uma forte relação de competitividade entre os entes na disputa por recursos; e outra horizontal, na qual os conflitos se dão principalmente pela “[...] falta de articulação e coordenação do governo federal” (ARAUJO, 2010, p. 758). Estes conflitos podem ser observados pela desresponsabilização dos entes para com a “[...] garantia de medidas de acesso, permanência e qualidade nas etapas e modalidades da educação básica” (ARAUJO, 2010, p. 758).

Na década de 2000, a União buscou superar a desarticulação entre os entes federados por meio da articulação das políticas e programas educacionais, realizada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) instituído em 2007 com o objetivo de propiciar organicidade ao sistema educacional. O PDE foi concretizado pela criação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, criado estrategicamente para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (BRASIL, 2007a).

Criado pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a), o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” se constitui por 28 diretrizes que orientam os gestores estaduais e municipais quanto ao planejamento da educação e a organização de seus sistemas de ensino; bem como reforçam a importância do regime de colaboração entre os entes para melhoria da qualidade educacional:

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007a, art. 1º).

A execução do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é efetivada por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que tem como objetivo oferecer apoio financeiro e técnico aos municípios. Nas palavras de Sena (2013, p. 139) o PAR traduz “[...] a leitura do poder executivo de sua obrigação prevista no art. 211, §1º da Constituição Federal (exercício das funções redistributiva e supletiva mediante assistência técnica e financeira)”. Segundo o autor “[...] o apoio financeiro aos municípios foi organizado de tal forma que as transferências voluntárias da União passaram a ser condicionadas à adesão ao compromisso Todos pela Educação” (SENA, 2013, p. 139), que se concretiza mediante a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) pelos entes federativos locais e pela responsabilidade em promover a melhoria da qualidade da educação básica com a evolução do Ideb (BRASIL, 2007a, art. 5º).

No documento *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*, o MEC faz referência ao PAR como um instrumento de planejamento que deve seguir os parâmetros da democracia, pois tem “[...] caráter plurianual, construído com a participação dos gestores e educadores locais, baseados em diagnóstico de caráter participativo, elaborado a partir do instrumento de Avaliação de Campo” (BRASIL, 2007d, p. 24).

De acordo com Ferreira e Bastos (2013), antes da implementação do PAR, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinava apoio financeiro sempre para os mesmos municípios, que por sua vez eram os que possuíam um maior conhecimento técnico sobre a elaboração dos projetos. Essa visão do planejamento plurianual, baseado no diagnóstico da realidade local, é um fator que evita a descontinuidade das ações e programas educacionais, como também facilita o apoio do MEC aos municípios com o Ideb abaixo do esperado (FERREIRA; BASTOS, 2013).

Quanto aos recursos, Oliveira e Sousa (2010) esclarecem que o PAR pode ser uma forma de solucionar a questão da colaboração entre os entes diante de suas autonomias por meio da implantação de mecanismos de financiamentos que aliem a prestação de serviços ao recebimento dos recursos. Da mesma forma, o PAR pode ser um meio para facilitar o controle do repasse financeiro da União para os municípios e a transparência nos gastos com a educação, via Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (Simec).

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de implementação do Plano de Ações Articuladas em quatro municípios sul-mato-grossenses no período de 2007-2010; com vistas a identificar as contribuições e limites do PAR no que se refere ao financiamento e ao planejamento educacional em nível local. Para tanto, busca-se responder aos seguintes questionamentos: como se dá o financiamento da educação municipal por meio do PAR? Qual o percentual de implementação das ações previstas no PAR dos municípios? Quais as dimensões priorizadas no planejamento municipal em comparação às dimensões contempladas com financiamento pelo governo federal? Trata-se de uma pesquisa quantitativa desenvolvida por meio de procedimentos metodológicos que envolvem a revisão bibliográfica e documental, entrevistas e questionário.

## **A Política de Financiamento Estabelecida no PAR**

A criação do PDE, em 2007, sinaliza uma ação coordenada do governo federal a fim de promover a melhoria da qualidade educacional nos estados e municípios brasileiros, aliando o repasse de recursos aos entes federativos locais à realização de planejamento educacional voltado para o alcance das metas estabelecidas pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, especialmente no que se refere ao Ideb. Esse apoio financeiro é entendido como o principal motivo dos municípios para adesão a tal plano (FERREIRA; FONSECA, 2013; AMORIM, 2011).

O financiamento de ações aos entes federativos locais é tratado no Art. 8º, § 2º do Decreto nº 6.094/2007, que define o Ideb e a capacidade financeira de estados e municípios como indicadores para a priorização do recebimento de apoio (BRASIL, 2007a). Já a Resolução nº 29/2007 do CD/FNDE estabelece os critérios, parâmetros e procedimentos quanto à operacionalização da assistência financeira no âmbito do Compromisso Todos pela

Educação, condicionando o apoio financeiro aos entes locais que assumissem o compromisso para com as 28 metas estabelecidas no Compromisso (BRASIL, 2007c).

De acordo com Cruz (2012) a Resolução nº 29/2007 selecionou 1.242 municípios passíveis de receber o apoio voluntário de recursos do governo federal; dentre os quais, 66% eram da Região Nordeste do país. No entanto, segundo a autora, a lista de municípios nomeados em 2007, não foi mais divulgada “[...] deixando de ser impeditivo para a distribuição dos recursos voluntários entre as demais unidades da federação” (CRUZ, 2012, p. 7).

A Resolução nº 29 (BRASIL, 2007c) foi alterada pela Resolução do CD/FNDE nº 47/2007, especificando no art. 2º, que o apoio financeiro seria estendido para todos os municípios que apresentassem projetos educacionais no âmbito do Plano de Metas (CAMINI, 2009) e não mais somente àqueles considerados prioritários. Tal Resolução passou a vigorar com a seguinte redação: “[...] estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar e voluntária a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007” (BRASIL, 2007b).

Em 2008, a Resolução nº 46, determina que o apoio financeiro deverá ser implementado “[...] por meio de programas e ações educacionais a cargo de cada Secretaria-Fim do MEC e/ou do FNDE, a partir de 2007 até 2010” (BRASIL, 2008, art. 1º, §1º). Em 2012 a Resolução do CD/FNDE nº 14, estabelece as condições para o apoio financeiro aos municípios no âmbito do PAR, determinando que este seja concedido aos entes federados “[...] que tenham elaborado o Plano de Ações Articuladas (PAR) e o submetido à aprovação do Comitê Estratégico do PAR”; bem como ter assinado o termo de compromisso (BRASIL, 2012b, Art. 1º).

A adesão ao Plano de Metas no comprometimento pela busca da melhoria do Ideb e elaboração do PAR são exigências legais previstas no art. 8º, §5º do Decreto 6.094/2007 para recebimento do apoio técnico e financeiro da União. Para tanto, algumas condições foram colocadas para o recebimento do apoio; dentre elas:

- I – elaborar e enviar, no prazo estabelecido pelo MEC, as informações prévias com a visão local das ações que possam contribuir para a melhoria das condições de acesso e permanência e para o desenvolvimento da rede pública da educação básica;
- II – receber a consultoria disponibilizada pelo MEC, garantindo a participação de seu dirigente municipal, dirigente educacional e outros representantes da sociedade civil e organizada, na formulação do Plano de Ações Articuladas (PAR);
- III – garantir a participação representativa da sociedade civil no exercício do controle das ações educacionais ofertadas à sua comunidade, durante a implementação do PAR, o que deverá ser realizado pelo Comitê Local do Compromisso, conforme diretriz estabelecida no art. 2º do Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a, art. 4º §1º).

As orientações do MEC (BRASIL, 2007d) estabelecem outros procedimentos além dos citados, e que juntos devem ser assim elaborados:

- Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;
- Compor uma equipe local para elaborar o planejamento;

- Fazer uma análise das informações disponibilizadas pelo MEC/INEP sobre os dados educacionais com as respectivas metas a atingir;
- Elaborar o diagnóstico da situação educacional do município por meio do instrumento disponibilizado pelo governo de acordo com as dimensões, áreas e indicadores;
- Fazer um levantamento dos indicadores com baixa pontuação;
- Elaborar o PAR de acordo com os indicadores com baixa pontuação.

Conforme estabelece o Decreto nº 6.094/2007, o apoio será orientado em quatro dimensões (BRASIL, 2007a, art. 8º, §3), quais sejam: Dimensão 1) Gestão Educacional; Dimensão 2) Formação de professores e de profissionais de serviço e apoio escolar; Dimensão 3) Práticas Pedagógicas e Avaliação e Dimensão 4) Infraestrutura e Recursos Pedagógicos. Essas dimensões se subdividem em áreas de atuação que, por sua vez, possuem indicadores que explicitam as metas a serem atingidas.

A avaliação feita pela equipe local a partir das discussões realizadas, dados e informações levantadas e selecionadas, será pontuada com notas no valor de 1 a 4 e de acordo com os indicadores propostos. Dentre os indicadores, a equipe local escolhe as ações consideradas necessárias à melhoria da educação em âmbito local.

A metodologia apresentada pelo MEC da descentralização do planejamento por meio do PAR leva a questionar sobre a autonomia do município no seu planejamento e implementação das ações, uma vez que estas estão determinadas no Simec e já pré-definidas pelo MEC, cabendo à equipe local escolher dentre as ações já propostas as que mais se aproximam para se atingir a qualidade da educação almejada. Reconhecendo essa limitação, questiona-se ainda se é possível verificar um alinhamento entre as ações previstas pelos municípios e as ações financiadas pelo FNDE no PAR, e quais as dificuldades e êxitos que perpassam esses processos.

## **Recursos Financeiros Destinados aos Municípios no Período de 2008 a 2011**

Os municípios de Corumbá, Coxim, Dourados e Ponta Porã estão localizados no estado de Mato Grosso do Sul. Esse estado foi criado em 11 de outubro de 1977 e pertence à região Centro-Oeste do Brasil. De acordo com o IBGE, possuía em 2014, uma população de 2.619.657 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Para caracterização dos municípios pesquisados, foram utilizadas as bases de dados do IBGE, INEP/MEC, FNDE e PNUD referentes aos indicadores demográficos (população), educacionais (Ideb e recursos), e de desenvolvimento humano (índice municipal); conforme o Quadro 1:

**Quadro 1 – Caracterização dos Municípios Pesquisados**

Critério	Município	População Estimada em 2007/IBGE	IDEB em 2007 5ºano	IDEB em 2007 9ºano	IDH-M 2000 e 2013	Recursos do FNDE 2008/2011	% de recursos FNDE/ PAR
Abaixo de 50 mil habitantes	Coxim	31.816 habitantes	3,4	3,3	0,607 0,703	5.677.899,48	68%
Acima de 50 mil habitantes	Ponta Porã	72.207 habitantes	4,0	3,7	0,600 0,701	10.935.333,90	29%
Acima de 50 mil habitantes	Corumbá	96.373 habitantes	3,4	3,0	0,584 0,700	14.549.036,44	23%
Acima de 50 mil habitantes	Dourados	181.869 habitantes	4,1	3,5	0,636 0,747	17.657.100,00	6%

Fonte: IBGE (2010)<sup>2</sup>; INEP/MEC (2007)<sup>3</sup>; PNUD (2013)<sup>4</sup>; FNDE (2008-2011)<sup>5</sup>.

Observe-se que em 2007 os quatro municípios se encontravam com o Ideb do 9º ano abaixo da média nacional, que era de aproximadamente 4,0 (CAMINI, 2009). Corumbá e Coxim estavam abaixo da média nacional no 5º.

Em relação aos recursos enviados pelo FNDE para programas educacionais no período de 2008 a 2011, Dourados foi o que recebeu o maior valor, mas o menor percentual relacionado aos programas contemplados pelo PAR. Coxim recebeu o menor valor de recursos do FNDE, cuja maior parte provém de recursos do PAR.

Para se atingir o objetivo da análise de recursos do governo federal por meio do PAR, verificou-se primeiramente os recursos enviados aos municípios pelo FNDE para os programas educacionais, considerando: o valor do recurso, data do repasse e programa educacional beneficiado. Posteriormente foi verificado dentre esses recursos quais foram destinados aos programas planejados no PAR pelos municípios.

<sup>2</sup> Disponível em: <www.ibge.br>. Acesso em: 01 mar. 2013.

<sup>3</sup> Os dados sobre o Ideb se referem ao observado e ao período de início da pesquisa-2007. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 01 mar. 2013.

<sup>4</sup> Atlas de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso em: 01 mar. de 2013.

<sup>5</sup> Os recursos são referentes ao período de 2008 a 2011. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 01 mar. 2013.

**Tabela 1 – Recursos do FNDE e Dimensões do PAR de 2007-2010 - Dourados**

Total dos recursos do FNDE para Dourados 2008 a 2011	Total do valor dos recursos somente para programas do PAR	Dimensão 1 Gestão Educacional	Dimensão 2 Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar	Dimensão 3 Práticas Pedagógicas e Avaliação	Dimensão 4 Infraestrutura e Recursos Pedagógicos
17.657.100,00	1.025.303,40	0,00	225.303,40	59.436,73	740.563,27
100%	6%		1,3%	0,3%	4%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados obtidos em FNDE (2013)<sup>6</sup>.

Dentre os municípios pesquisados, Dourados foi o que recebeu o maior valor de recursos do FNDE. Esses recursos foram, em sua maioria, executados pelo poder local na dimensão da infraestrutura, sendo o Proinfância o programa mais beneficiado.

Embora os recursos recebidos para os programas vinculados ao PAR representem apenas 6% do montante repassado pelo FNDE para o município, a gestora entrevistada defende a contribuição do plano para o planejamento da educação, principalmente pela sua natureza quantitativa:

*Ele é uma ferramenta para gestão que eu considero bem positiva. Foi uma ideia, posicionamento, que surgiu depois do contato com essa metodologia. Porque até então, eu confesso que eu tinha um pé atrás.[...] porque ele trabalha muito com dados, estatística, então você fica muito no quantitativo. E a minha defesa sempre foi em cima da qualidade. Porque eu acho que dados são dados: você pode maquiagem, alterar, mas a questão da qualidade não. Depois que eu entrei em contato com a metodologia, [...] no decorrer do processo eu fui mudando minha forma de pensar porque você percebe que apesar de ser quantitativo, por meio dos dados do PAR e do PES, você consegue tomar decisões (Gestora de Dourados).*

Acredita a gestora que a racionalidade do Planejamento Estratégico da Secretaria (PES) já trabalhado anteriormente, ajudou na melhoria da qualidade porque a secretaria dispunha dos dados bimestralmente e se realizavam estudos sobre os resultados encontrados. Em seu entendimento, as análises quantitativas do PES e do PAR, contribuem para diminuir custos e para melhoria da qualidade da educação. De acordo com a gestora, a objetividade dos dados quantitativos pode facilitar a tomada de decisão de “forma mais racional”, o que contribuiu para melhoria da educação:

*Uma coisa que a gente observou que chamou a atenção, [...] é que nas escolas indígenas, a gente tinha uma repetência de quase 90% nas séries iniciais. Tinha escola que era, 90%, 91% de reprovação.[...] fica caro para a Secretaria isso. Depois você tem que pagar tudo de novo. Então, só para ilustrar, este foi um dado que o PES deu pra gente em termos de qualidade e que o PAR também possibilita. Porque quando você faz o levantamento de dados, você tem essa ideia. Você sabe qual escola que está precisando mais [...] e onde é que está o problema [...], se o problema está na séries iniciais. As vezes o problema nem estava nas séries iniciais e você focava nas séries iniciais por entender que era estratégico ali (Gestora de Dourados).*

Uma das características do PAR é o seu caráter plurianual que tem o objetivo de superar os problemas de um planejamento de longo prazo e evitar a sua interrupção pela mudança de governo. No entanto, percebe-se na fala da gestora que a mudança de governo e a troca dos gestores na Secretaria foi um grande problema que Dourados não conseguiu superar com o PAR de 2007:

<sup>6</sup> Os recursos são referentes ao período de 2008 a 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

- A gente pensava nas ações de forma que elas fossem já findando ali em 2009. Porque a gente sabe que sempre tem essa descontinuidade (Gestora).
- E isso preocupa vocês que estão na área de planejamento?(Pesquisadora).
- É uma das coisas que, como profissional da educação, como professora de carreira da rede, preocupa a todos nós. Era uma preocupação da Secretaria, porque a gente não sabia como que ia ficar, e a gente já meio que sabia que seria difícil ficar a gestão que a gente tinha até então que estava bem afinada, mas é saber também que era uma coisa que fazia parte do processo, a gente sabia que podia acontecer (Gestora de Dourados).

A mudança de governo<sup>7</sup> pode ser uma justificativa para o baixo percentual de implementação do PAR em Dourados, que ficou em torno de 45% das ações planejadas, como evidencia a Tabela 2.

**Tabela 2 – Número de Ações do PAR Planejadas e Implementadas - Dourados**

Dimensões do PAR	Gestão Educacional	Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar	Práticas Pedagógicas e Avaliação	Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos	Total de ações
Total de ações e subações planejadas	22	17	17	29	85
Ações e subações implementadas	6	9	6	17	38
Percentual de implementação	27%	53%	35%	59%	45%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados obtidos em MEC (2014)<sup>8</sup>.

Percebe-se, no município de Dourados, maior percentual de recursos repassados pelo FNDE e executados pelo poder local no que se refere à dimensão da infraestrutura, considerada como o “calcanhar de Aquiles” da gestão municipal, segundo os gestores entrevistados.

Dentre os municípios pesquisados, Coxim foi o que obteve menos repasse financeiro do FNDE para os programas educacionais no período pesquisado, mas foi o que teve o maior percentual desses recursos para implementação dos programas contemplados no PAR, com 68% dos recursos.

<sup>7</sup> Em 2010, o Ministério Público Estadual, ao investigar um grande esquema de corrupção no município de Dourados, destituiu dos cargos o prefeito e o vice, nove dos onze vereadores da Câmara Legislativa e vários funcionários, inclusive os secretários de educação e de saúde. Somente nesse ano, o município teve três Secretários de Educação diferentes (AMORIM, 2011).

<sup>8</sup> Tabela elaborada a partir do questionário respondido pelo responsável pelo PAR no município e a partir dos dados da Síntese do PAR 2007. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

**Tabela 3 – Recursos do FNDE e Dimensões do PAR de 2007-2010 - Coxim**

Total dos recursos do FNDE para Corumbá 2008 a 2011	Total do valor dos recursos somente para programas do PAR	Dimensão 1 Gestão Educacional	Dimensão 2 Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar	Dimensão 3 Práticas Pedagógicas e Avaliação	Dimensão 4 Infraestrutura e Recursos Pedagógicos
5.677.899,48	3.837.256,14	0,00	104.422,70	0,00	3.732.833,44
100%	68%		2%		66%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados obtidos em FNDE (2013)<sup>9</sup>.

Ocorreu uma prevalência de recursos para implementação dos programas educacionais na dimensão de Infraestrutura e recursos pedagógicos com 66% do total de recursos enviados ao município, sendo o Proinfância e o Programa de Reestruturação da Rede Física Educação Pública do Ensino Fundamental – ampliação, os programas mais beneficiados com recursos do FNDE. Apenas 2% foi destinado para programas voltados à dimensão de formação de professores e de profissionais de serviço e apoio escolar. Esse dado retrata que ocorreu um alinhamento das políticas do governo federal com o diagnóstico do município, uma vez que este município também priorizou a dimensão Infraestrutura e Recursos Pedagógicos.

O entendimento da gestora de Coxim sobre o PAR é de que este dará *suporte para melhoria da qualidade da educação, tanto na parte da formação, como na estrutural*. Esse pensamento é confirmado na Tabela 4 que revela a priorização, pelo município, tanto pela dimensão de Formação de Professores quanto pela de Infraestrutura com o mesmo número de ações planejadas.

**Tabela 4 – Número de Ações do PAR Planejadas e Implementadas - Coxim**

Dimensões do PAR	Gestão Educacional	Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar	Práticas Pedagógicas e Avaliação	Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos	Total de ações
Total de ações e sub-ações planejadas	17	26	12	26	81
Ações e sub-ações implementadas	7	5	9	15	36
Percentual de implementação	41%	19%	75%	58%	44%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados obtidos em MEC (2014)<sup>10</sup>.

A análise do montante de recursos recebidos pelo município de Coxim, em comparação aos recursos recebidos pelo município de Dourados (Quadro 1), permite observar uma grande discrepância em relação ao financiamento da educação do primeiro, mesmo tendo em 2007 o IDH-M, a população e o Ideb menores. Esse fato permite inferir que, no repasse de recursos

<sup>9</sup> Os recursos são referentes ao período de 2008 a 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

<sup>10</sup> Tabela elaborada a partir do questionário respondido pelo responsável pelo PAR no município e a partir dos dados da Síntese do PAR 2007 disponível em: Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

pelo governo federal, não foram consideradas as diferenças e desigualdades existentes entre os municípios quanto aos índices educacionais, demográficos e de desenvolvimento humano dos municípios.

Dessa forma, deve-se considerar as palavras de Abrucio (2010) quando diz que um dos principais fatores que influenciam as políticas educacionais no Brasil, é o “impacto do federalismo no funcionamento e resultados da educação no país”, encontrando nesse processo dificuldades “para implementar políticas descentralizadas num país bastante heterogêneo, desigual e marcado por significativas tensões intergovernamentais” (ABRUCIO, 2010, p. 39). Apesar do PAR não se caracterizar como um regime de colaboração e não se constituir em um financiamento, é importante considerar que a articulação entre a União e municípios por meio desse planejamento, possibilita ao governo federal orientar-se com o apoio financeiro dado aos municípios.

Em relação ao município de Corumbá, na Tabela 5 verifica-se todos os recursos enviados pelo FNDE no período de 2008 a 2011, para implementação dos programas educacionais.

**Tabela 5 – Recursos do FNDE e Dimensões do PAR de 2007-2010 - Corumbá**

Total dos recursos do FNDE para Corumbá 2008 a 2011	Total do valor dos recursos somente para programas vinculados ao PAR 2007-2010	Dimensão 1 Gestão Educativa	Dimensão 2 Formação de professores e de profissionais de serviço e apoio escolar	Dimensão 3 Práticas Pedagógicas e Avaliação	Dimensão 4 Infraestrutura e Recursos Pedagógicos
14.549.036,44	3.307.149,56	0,00	152.836,20	0,00	3.154.313,36
100%	23%		1%		21,7%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados obtidos em FNDE (2013)<sup>11</sup>.

Dos recursos destinados pelo FNDE para programas educacionais em Corumbá, 23% estão vinculados ao PAR. Desse percentual, 21,7% foi para a dimensão de infraestrutura.

Os dados indicam que ocorreu um alinhamento entre o diagnóstico do PAR na priorização da dimensão da Infraestrutura, com o maior envio de recursos do FNDE para essa dimensão. O Proinfância e a Implantação de Escolas para educação infantil foram os projetos mais beneficiados com recursos financeiros. O índice de implementação dos programas no município registra uma média de 82%, como se evidencia na Tabela 6.

<sup>11</sup> Os recursos são referentes ao período de 2008 a 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

**Tabela 6 – Número de Ações do PAR Planejadas e Implementadas - Corumbá**

Dimensões do PAR	Gestão Educacional	Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar	Práticas Pedagógicas e Avaliação	Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos	Total de ações
Total de ações e subações planejadas	11	24	9	30	74
Ações e subações implementadas	9	21	9	22	61
Percentual de implementação	82%	88%	100%	73%	82%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados obtidos em MEC (2014)<sup>12</sup>.

Segundo a gestora do PAR de Corumbá, a metodologia atual de planejamento estabelecida pelo plano tem contribuído muito com a gestão municipal, pois gera dados que não existiam no PAR de 2007. Dessa forma, ficou mais fácil o acompanhamento da implementação:

*Algumas coisas que você colocava, o sistema não entendia, não era muito claro. A gente expressava uma informação e não conseguia entender o que ele (sistema) queria com aquela questão, com aquela pergunta. Então, em 2008 foi que ele (sistema) começou a rodar e dizer 'ele está à 10%, 50%, 70%', a gente ia alimentando e ele ia dizendo a implementação. Em 2007 a gente simplesmente postava informações e pronto. Ele não gerava nada de dados ainda pra gente (Gestora de Corumbá).*

Acrescenta que, em termos do planejamento, o governo federal tem atendido adequadamente às demandas, no entanto, considera necessária a melhoria do sistema no atendimento às especificidades de cada município:

*O atendimento de algumas ações que a gente acha prioridade, como material escolar, questão de equipamentos para cozinha, até esse ano mesmo, ano passado, eles abriram uma ação de reforma de unidades escolares, mas ficou só no projeto e pesquisa. E nós sabemos o quanto é necessário e o que nossas escolas passam... Nós temos unidades escolares com 15, 16 anos sem reforma (Gestora de Corumbá).*

Esclarece que o não atendimento às especificidades do município dificulta o desenvolvimento das ações, principalmente no que compete à infraestrutura:

*O nosso calcanhar de Aquiles é infraestrutura. [...] Até coisas grandes, por exemplo, [...] nós solicitamos 4 barcos e não fomos atendidos em nenhum. E nós temos região que nem o ônibus e nem o barco não entram. Nós precisamos de um carro adaptado para andar em local alagado, e nós não temos um atendimento. Nós solicitamos, explicamos toda a nossa situação. E até o momento, eles estão em estudo para ver qual veículo que pode nos auxiliar. Então a gente precisa de algumas coisas principalmente nesse ponto de infraestrutura que é de muita necessidade e não foi atendido (Gestora de Corumbá).*

A gestora ressalta que nem mesmo o valor a ser repassado para o atendimento ao planejamento elaborado pelo município é informado antecipadamente, o que compromete significativamente o planejamento das ações.

<sup>12</sup> Tabela elaborada a partir do questionário respondido pelo responsável pelo PAR no município e a partir dos dados da Síntese do PAR 2007 disponível em: Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acesso em: 01 jun. 2014

*A gente posta uma ação e nunca sabe de valores. Por exemplo, vamos fazer uma ação de reforma, a gente tem 10 milhões, mas a gente nunca sabe se tem. Não sabe, se vai ser ou não vai ser atendido. Então você já fica mais ou menos preparado para saber se você vai ser atendido ou não* (Gestora de Corumbá).

Em Ponta Porã, verifica-se que ocorreu uma prevalência de recursos para Dimensão Infraestrutura, com 29% do total de recursos enviados ao município. Assim como em Coxim, o Proinfância – Reestruturação Física da Educação Infantil e Programa de Reestruturação da Rede Física Educação Pública do Ensino Fundamental – construção, foram os programas que mais receberam recursos do FNDE.

**Tabela 7 – Recursos do FNDE e Dimensões do PAR de 2007-2010 - Ponta Porã**

Total dos recursos do FNDE para Ponta Porã 2008 a 2011	Total do valor dos recursos somente para programas do PAR	Dimensão 1 Gestão Educacional	Dimensão 2 Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar	Dimensão 3 Práticas Pedagógicas e Avaliação	Dimensão 4 Infraestrutura e Recursos Pedagógicos
10.935.333,90	3.223.557,36	0,00	0,00	0,00	3.223.557,36
100%	29%				29%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados obtidos em FNDE (2013)<sup>13</sup>.

Esse município foi o único que não registrou um alinhamento do diagnóstico do PAR 2007 com os recursos enviados pelo FNDE para os programas; pois a prioridade definida pelo município no PAR foi a dimensão Formação de professores, conforme demonstra a Tabela 8.

**Tabela 8 – Número de Ações do PAR Planejadas e Implementadas - Ponta Porã**

Dimensões	Gestão Educacional	Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar	Práticas Pedagógicas e Avaliação	Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos	Total de ações
Total de ações e sub-ações planejadas	32	52	21	31	136
Ações e sub-ações implementadas	15	16	9	14	54
Percentual de implementação	47%	31%	43%	45%	40%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados obtidos em MEC (2014)<sup>14</sup>.

O gestor de Ponta Porã informou que o planejamento de uma ação só é realizado quanto há sinalização de existência de recursos para financiá-la; entretanto, no caso do PAR, o Simec não disponibiliza abertura para solicitação de apoio às ações que realmente precisam. O diagnóstico de Ponta Porã, por exemplo, sinalizava para a necessidade de construção de doze Centros de Educação Infantil (CEIMs), mas o sistema abriu a possibilidade de pedido para apenas quatro. O município foi contemplado com quatro CEIMs, mas não conseguiu efetivar a obra devido a dificuldades administrativas e burocráticas.

<sup>13</sup> Os recursos são referentes ao período de 2008 a 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

<sup>14</sup> Tabela elaborada a partir do questionário respondido pelo responsável pelo PAR no município e a partir dos dados da Síntese do PAR 2007 disponível em: Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

Uma dificuldade apontada pelo gestor de Ponta Porã sobre o monitoramento dos recursos e ações do PAR é que muitas vezes o MEC aprova a ação, mas o FNDE não envia o recurso. Em outros momentos o FNDE envia o recurso, mas a obra não é executada por questões técnicas do projeto, burocráticas, entre outras. Dessa forma, enviar o recurso, muitas vezes não resulta na implementação das ações.

Em Ponta Porã, embora a infraestrutura também tenha sido a dimensão que mais recebeu recursos do FNDE, o Proinfância não recebeu o maior valor de recursos. Nesse município o programa de Reestruturação Física Ed. Básica – Construção E. Fundamental foi o que mais recebeu recursos pelo FNDE.

Sobre as contribuições do PAR para o planejamento e gestão local, ele afirma que provavelmente ajudou na construção do Plano Municipal de Educação.

*Quando o Plano Municipal de Educação foi elaborado eles devem ter usado o mesmo diagnóstico, porque o mesmo diagnóstico que serviu para elaboração do PAR deve ter servido para elaborar o Plano Municipal de Educação, porque querendo ou não é bem parecido, porque depois de todo o diagnóstico você tem que gerar uma ação que vai ser executada. Então, o diagnóstico do PAR deve ter sido na época em 2007 o mesmo diagnóstico que foi utilizado para fazer o Plano Municipal de Educação (Gestor de Ponta Porã).*

Segundo o coordenador, a descontinuidade da política é um fator que interfere muito na execução do planejamento, pois incide na troca dos gestores que acompanham o PAR e acaba interferindo no acompanhamento e implementação das ações:

*A mudança de governo interfere em tudo. Quando muda-se uma gestão, muda-se todas as pessoas que estavam envolvidas nesse processo. Se a gestão que mudou, é uma gestão que era oposição a gestão anterior, então vai ter uma troca de pessoal total, vai chegar pessoas pra trabalhar com esse assunto que nem conhecem direito, não sabem como funciona; como foi o meu caso (Gestor de Ponta Porã).*

O gestor de Ponta Porã expõe as dificuldades iniciais e destaca que, na medida em que vai se adquirindo conhecimento sobre o Simec, o acompanhamento do PAR é facilitado:

*Eu acho que isso é uma questão importante porque o PAR. Tem 'trezentas' subações pra gente executar, então a gente sabe que já aconteceu tal subação, a gente pode colocar no sistema e finalizar. A partir daí o documento vai diminuindo o volume pra gente poder ter o acompanhamento (Gestor de Ponta Porã).*

Nas palavras de Gentilini (1999), a descentralização do planejamento, na visão do governo federal, proporcionaria uma maior capacidade de administração pelos entes federados (estados e municípios) e a União ficaria com a coordenação e supervisão geral estabelecendo uma relação mais eficiente na administração pública (GENTILINI, 1999). Acreditava-se que essa seria a forma ideal para que os entes federados, com maiores informações, conseguissem “[...] formular, de forma mais realista e efetiva, os planos, projetos e programas” (GENTILINI, 1999, p. 134), contribuindo para uma maior equidade na distribuição dos recursos e conseqüentemente atenuaria as desigualdades sociais no Brasil com grande extensão territorial e ainda com diferentes condições socioeconômicas.

No entanto, os dados da pesquisa indicam que o planejamento nos municípios, em atendimento às expectativas do governo federal quanto à efetividade da descentralização, atinge em parte seus objetivos; pois é preciso considerar que o sistema educacional ainda está inserido em um contexto de heterogeneidade e de desigualdades regionais. É necessária a efetivação do regime de colaboração com o devido apoio técnico e financeiro aos municípios menores; é preciso considerar uma gestão mais democrática com uma participação efetiva

da sociedade civil no processo de planejamento; é preciso considerar o apoio técnico do MEC no aperfeiçoamento do Simec em atendimento as especificidades dos municípios e melhor implementação das ações e dos programas para concretização das políticas educacionais em âmbito local. Assim, será possível conhecer as dificuldades e necessidades de cada município em busca das melhorias educacionais.

De acordo com Arretche (2002), os entes resguardados pela Constituição em suas autonomias, são considerados atores políticos com capacidade para implementar políticas públicas. No entanto, a fala dos gestores evidencia que a autonomia atribuída aos municípios para planejarem suas políticas educacionais por meio do PAR é restrita, uma vez que o planejamento já vem determinado no sistema e poucas são as possibilidades de alterá-lo para atender as especificidades de cada município.

## Considerações Finais

Os dados levantados por meio desta pesquisa indicam a significativa contribuição do Plano de Ações Articuladas (PAR) para o planejamento da educação; bem como para a democratização do financiamento do governo federal aos entes federativos locais. No entanto, é necessário questionar o modelo de planejamento que tal plano tem induzido e os critérios de contemplação ou não das necessidades dos municípios pesquisados.

Registra-se como importante contribuição do PAR, o seu caráter plurianual que, em certa medida, resguarda os municípios dos percalços causados pela descontinuidade política. Destaca-se também, o apoio financeiro da União por meio dos programas educacionais, o favorecimento da realização do diagnóstico educacional e a tomada de decisão baseada na análise da realidade local.

Como limitações do PAR, pode-se apontar o comprometimento à autonomia local, uma vez que poucas ações podem ser criadas pelos gestores educacionais. A maior parte delas é escolhida a partir de um rol disponibilizado pelo MEC no sistema Simec. Outro fator relevante se evidencia quando o repasse de recursos para todos os municípios pesquisados são concentrados na dimensão de Infraestrutura, embora nem todos tenham concentrado suas demandas nessa área. Identifica-se também profundas limitações por parte dos entes federativos locais na execução das ações contempladas pelo PAR, seja por dificuldades administrativas ou técnicas, o que indica a necessidade de assistência técnica mais efetiva a esses entes.

Apesar dos avanços na gestão educacional com a criação do PAR e as possibilidades que esse instrumento de planejamento proporcionou para aproximar os entes favorecendo o apoio técnico e financeiro da União na implementação das políticas educacionais em âmbito local, não é possível afirmar que a colaboração tenha se efetivado nos quatro municípios pesquisados, principalmente pela falta de apoio técnico e pela diferenciação nos valores dos recursos enviados pelo governo federal. Constatou-se que a descentralização via municipalização não tem obtido o êxito esperado quanto à autonomia conferida aos municípios na gestão educacional local, devido a forte centralização exercida pela União na implementação das políticas educacionais.

## Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. A Dinâmica Federativa da Educação Brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 39-70.

AMORIM, Milene Dias. **A Qualidade da Educação Básica no PDE: uma análise a partir do plano de ações articuladas**. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/Milene%20Dias%20Amorim.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

ARAUJO, Gilda Cardoso de. Constituição, Federação e Propostas para o Novo Plano Nacional de Educação: análise das propostas de organização nacional da educação brasileira a partir do regime de colaboração. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 749-768, jul./set. 2010.

ARRETCHE, Marta. Relações Federativas nas Políticas Sociais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12922.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988. p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007a. p. 5. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2013.

BRASIL. **Guia de Programas que Constam no PAR**: documento complementar ao guia prático de ações. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159&Itemid=235&msg=1](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=235&msg=1)>. Acesso em: 01 ago. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias

que atuam na educação do campo; altera a Lei no 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei no 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2012a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm)>. Acesso em: 01 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 14, de 8 de junho de 2012. Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos Estados, Municípios e Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR). **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 jun. 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 46, de 31 de outubro de 2008. Altera a Resolução CD/FNDE/Nº 29 de 20 de junho de 2007, que estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para operacionalização da assistência financeira suplementar e voluntária a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 47, de 20 de setembro de 2007 (\*). Alterar a Resolução CD/FNDE nº 29, de 20 de julho de 2007, que estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar e voluntária a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 set. 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução/ CD/ FNDE/ nº 29 de 20 de junho de 2007. Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar e voluntária a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007. (Redação dada pelo(a) Resolução 47/2007/CD/FNDE/MEC). **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jun. 2007c.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):** razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007d. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=84751](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84751)>. Acesso em: 01 ago. 2013.

CAMINI, Lucia. **A Gestão Educacional e a Relação entre Entes Federados na Política Educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. 2009. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CRUZ, Rosana Evangelista da. Os Recursos Federais para o Financiamento da Educação Básica. **Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 7, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/51383>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; BASTOS, Roberta Freire. Políticas Educacionais e Planejamento: o PAR como objeto de investigação. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (ANPAE), 26., 2013, Recife. **Anais...** Recife: 2013. p. 1-11. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/comunicacoesDF.html>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. O Plano de Ações Articuladas (PAR): dados da pesquisa em rede. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília (Org.). **Política e Planejamento Educacional no Brasil do Século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.

GENTILINI, João Augusto. **Crise e Planejamento Educacional na América Latina: tendências e perspectivas no contexto da descentralização**. 1999. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística da População de Acordo com o Censo em 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SOUSA, Sandra Zákia. Federalismo e sua Relação com a Educação no Brasil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 13-35.

SENA, Paula. Planejamento Educacional e Federalismo no Brasil: negociação federativa e execução de políticas educacionais. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília (Org.). **Política e Planejamento Educacional no Brasil do Século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 123-157.

**Adriana Valadão** possui graduação em Educação Física pela Faculdade Dom Bosco de Educação, especialização em natação pela Universidade de Brasília - UNB, especialização em Gestão de academias pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), mestrado em Educação - UFGD e cursando doutorado em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).  
E-mail: [adrianaavaladao01@gmail.com](mailto:adrianaavaladao01@gmail.com)

**Elisângela Alves da Silva Scaff** é pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999), possui Doutorado em Educação (2007) e Pós-Doutorado (2013) pela Universidade de São Paulo. É professora adjunta do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná (DEPLAE/UFPR) e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado - da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação.  
E-mail: [elis-scaff@hotmail.com](mailto:elis-scaff@hotmail.com)

**Regina Tereza Cestari Oliveira** possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Minho (Portugal). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atualmente é docente da Universidade Católica Dom Bosco.  
E-mail: [reginacestari@hotmail.com](mailto:reginacestari@hotmail.com)

*Recebido em 07 de outubro de 2016  
Aprovado em 14 de dezembro de 2016*

## Editores do volume 7

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil  
 Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

## Comitê Editorial

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil  
 Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
 Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
 Ângelo Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil  
 Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil

## Conselho Editorial

<b>Alejandro Morduchowicz</b> Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina	<b>Maria Dilnéia Espíndola Fernandes</b> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
<b>Fernanda Saforcada</b> Universidade de Buenos Aires, Argentina	<b>Nalú Farenzena</b> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
<b>Jacques Velloso</b> Universidade de Brasília, Brasil	<b>Nelson Cardoso do Amaral</b> Universidade Federal de Goiás, Brasil
<b>João Monlevade</b> Senado Federal, Brasil	<b>Nicholas Davies</b> Universidade Federal Fluminense, Brasil
<b>Jorge Abrahão de Castro</b> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil	<b>Rosana Evangelista Cruz</b> Universidade Federal do Piauí, Brasil
<b>Juca Gil</b> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	<b>Rosana Gemaque</b> Universidade Federal do Pará, Brasil
<b>Lisete Regina Gomes Arelaro</b> Universidade de São Paulo, Brasil	<b>Robert E. Verhine</b> Universidade Federal da Bahia, Brasil
<b>Luis Carlos Sales</b> Universidade Federal do Piauí, Brasil	<b>Romualdo Portela de Oliveira</b> Universidade de São Paulo, Brasil
<b>Luiz de Sousa Junior</b> Universidade Federal da Paraíba, Brasil	<b>Theresa Adrião</b> Universidade Estadual de Campinas, Brasil
<b>Luiz Fernandes Dourado</b> Universidade Federal de Goiás, Brasil	<b>Tristan McCowan</b> University of London, Reino Unido
<b>Magna França</b> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil	<b>Vera Jacob</b> Universidade Federal do Pará, Brasil
<b>Maria Beatriz Luce</b> Universidade Federal do Pampa, Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	<b>Vera Peroni</b> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
<b>Marcos Edgar Bassi</b> Universidade Federal do Paraná, Brasil	<b>Vitor Henrique Paro</b> Universidade de São Paulo, Brasil

## Equipe editorial

Apoio ao Comitê Editorial: Patrícia Balthazar Garcia  
 Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira  
 Revisão de inglês: Ananyr Porto Fajardo

**Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**  
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
 Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre/RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: revista.fineduca@gmail.com | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>